

Antônio de Pádua Ribeiro

# Reflexões Jurídicas

*Palestras, Artigos & Discursos*

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

## Citar, intimar, avaliar...

Na presença dos mandatários dos três Poderes da República, ao assumir a Presidência do Superior Tribunal de Justiça, defendi que a cooperação harmônica entre as autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário é o único caminho para que se consiga implementar mudanças que revertam em proveito do interesse público.

Destaquei, na ocasião, que o povo percebe, de forma intuitiva e natural, que, se os homens públicos digladiam-se e ofendem-se, atacando-se mutuamente, não há como esperar que se entendam no trato das questões maiores. Frisei que o relacionamento entre os Poderes deve obedecer ao princípio dos vasos comunicantes, pois não se pode baixar o nível de um sem baixar, de igual modo, o do outro, ou seja, se um membro de um Poder falta com o respeito ao outro, desmerece todos e a todos nivela por baixo.

Pus-me à disposição dos outros Poderes e dos outros órgãos do Judiciário para que busquemos juntos, de forma decidida e urgente, o entendimento, a harmonia e a cooperação. Pedi que nos reunamos todos mais vezes, que definamos os interesses comuns, aparemos as arestas e procuremos, se não o consenso, pelo menos a convergência, sob a vigilância da sociedade, a fim de encontrarmos soluções para os graves problemas nacionais.

Tenho salientado, em outras oportunidades, que, só na Justiça Federal, há aproximadamente 20 bilhões de reais em depósitos judiciais, enquanto a dívida inscrita para cobrança chega perto dos 70 bilhões de reais. Mais do que isso,

ainda há quase 30 bilhões de reais de dívida a inscrever-se. Significa dizer que, se forem dadas melhores condições de atuação ao aparelho judicial, o Governo poderá angariar, em pouco tempo, expressiva parcela do montante correspondente a cerca de 10 % do PIB, que lhe são devidos pela sociedade, mas acabam desperdiçados por não serem cobrados a tempo.

Num exemplo prático da colaboração entre os Poderes, o Plenário do Superior Tribunal de Justiça acaba de aprovar um anteprojeto de lei, propondo a criação de cem novas varas federais especializadas em execuções fiscais e causas tributárias. Serão varas compactas, leves e flexíveis, que, além do Juiz, terão apenas quatorze funcionários, em sua grande maioria oficiais de justiça, exatamente os servidores encarregados de citar, intimar, avaliar e penhorar.

Segundo o anteprojeto, que logo deverá ser enviado ao Congresso Nacional, serão dezoito varas na Primeira Região (DF, MT, MG, BA, GO, MA, PI e Estados da Região Norte); quinze na Segunda Região (Espírito Santo e Rio de Janeiro); quarenta na Terceira Região (São Paulo e Mato Grosso do Sul); quinze na Quarta Região, que abrange os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e doze na Quinta Região, que engloba os outros Estados do Nordeste. Com a instalação dessas novas varas federais, consideradas “piloto”, tenho certeza de que, em breve, outras serão criadas com a tarefa de angariar um significativo volume de recursos, os quais poderão trazer mais hospitais, mais escolas, mais saneamento básico, mais moradias e mais estradas para o nosso povo e, também, poderão ser aplicados na modernização e aprimoramento do aparelho judicial brasileiro.

Artigo publicado em 5 de maio de 1998,  
“O Globo”, no dia 5 de maio de 1998, p. 6.